



PREFEITURA MUNICIPAL DE BERILO-MG

ADM: 2017 - 2020

Folha

Nº _____

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO – PAL 050/2020
TOMADA DE PREÇOS 005/2020

TIPO: MENOR PREÇO - REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIDO PELA LEI Nº 8.666/93

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO RAMO DE ENGENHARIA COM VISTAS A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO NA RUA NELSON ESTEVES DOS SANTOS, RUA ANTÔNIO DE SALES AMARAL NO BAIRRO SÃO FRANCISCO E RUA DO PORTO NO BAIRRO BEIRA RIO, TOTALIZANDO UMA ÁREA DE 1.950,00 M². CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTOS E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL.

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

Data: **18/09/2020**

Horário: **09:00** horas.

Local:

Prefeitura Municipal de Berilo/MG

Praça Dr. Antônio Carlos, nº 85 – Centro – Cep.: 39.640-000

Telefone: (33)3737-1211

E-mail: licitacao@berilo.mg.gov.br

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

06.01.03.15.452.0029.3038 Construção e Melhoramentos em Vias Urbanas Municipais e Distritos

44905100 Obras e Instalações **Fonte 100** RECURSOS ORDINÁRIOS **Ficha 0527**

44905100 Obras e Instalações **Fonte 124** TRANSF.DE CONVÊNIOS-OUTROS **Ficha 0528**

VALOR ESTIMADO: R\$ 198.348,71 (cento e noventa e oito mil trezentos e quarenta e oito reais e setenta e um centavos).

Presidente da CPL:

William Amaral Dias



EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2020 – TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2020

1- PREÂMBULO

O Município de Berilo - MG, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Berilo, na Praça Dr. Antônio Carlos, nº 85, Centro, inscrito no CNPJ sob o Nº. 17.700.758/0001-35, por intermédio do Presidente da Comissão Permanente de Licitações nomeado pelo Decreto Municipal nº 052/2019, de 25 dias de julho de 2019, torna público que realizará licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO** - Tipo: **Menor Preço GLOBAL**, nos termos das Leis Federais Nº: 8.666/93 e Lei Complementar 123/2006, para contratação de pessoa jurídica do ramo de engenharia com vistas a execução de pavimentação na Rua Nelson Esteves dos Santos, Rua Antônio de Sales Amaral no bairro São Francisco e Rua do Porto no bairro Beira Rio, totalizando uma área de 1.950,00 M², conforme memorial descritivo, planilha orçamentária de custos e cronograma físico-financeiro, parte integrante do edital.

ABERTURA DO ENVELOPE Nº 1 “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”:

DIA: 18/09/2020

HORA: 09:00 Hrs.

Local : Sede da Prefeitura Municipal de Berilo, situada na Praça Dr. Antônio Carlos, nº 85 – Centro – Cep.: 39.640-000.

ABERTURA DO ENVELOPE N.º 2 - “PROPOSTA”

Data: 18/09/2020

Hora: 09:00 hrs

Local: Sede da Prefeitura Municipal de Berilo, situada na Praça Dr. Antônio Carlos, nº 85 – Centro – CEP.: 39.640-000.

2 - DO OBJETO

2.1 - O presente Processo Licitatório tem por objeto a contratação de pessoa jurídica do ramo de engenharia com vistas a execução de pavimentação na Rua Nelson Esteves dos Santos, Rua Antônio de Sales Amaral no bairro São Francisco e Rua do Porto no bairro Beira Rio, totalizando uma área de 1.950,00 M². Conforme memorial descritivo, planilha orçamentária de custos e cronograma físico-financeiro, parte integrante do edital. A obra será realizada com recursos proveniente de emenda parlamentar ao orçamento da UNIAO.



2.2- Além das especificações e quantitativos constantes dos Projetos Básicos, serão observadas as normas técnicas aplicáveis à espécie, notadamente as da Associação Brasileira de Normas Técnicas e as normas complementares expedidas pelo Município.

3 - DA SUBORDINAÇÃO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1 - A presente licitação, na modalidade legalmente denominada TOMADA DE PREÇOS, será regida pelas disposições da Lei Federal N.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações.

3.2 - As despesas resultantes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

06.01.03.15.452.0029.3038 Construção e Melhoramentos em Vias Urbanas Municipais e Distritos

44905100 Obras e Instalações **Fonte 100** RECURSOS ORDINÁRIOS **Ficha 0527**

44905100 Obras e Instalações **Fonte 124** TRANSF.DE CONVÊNIOS-OUTROS **Ficha 0528**

4- DA PARTICIPAÇÃO E DO CADASTRO

4.1- Poderão participar da presente Tomada de Preços, empresas cadastradas ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até as 16:00 horas do 3º (terceiro) **dia anterior ao do recebimento das propostas**, a saber no dia **15/09/2020** observada a necessária qualificação.

4.1.1 – O licitante que possuir CRC – Certificado de Registro Cadastral emitido pela prefeitura de Berilo, em data inferior de até 12 meses, considerando como data final, o dia da abertura dos envelopes de Habilitação deste certame, poderá apresentar este CRC.

4.1.2. - Não poderão participar desta licitação

4.1.2.1 - Firma em consórcio ou em processo de falência ou concordata ou que se encontre incurso na penalidade prevista no Art. 87, incisos III (perante este Município) e IV (imposta por órgão ou entidade da Administração Pública), da Lei 8.666/93.

4.1.2.2 - Os interessados que se encontrem sob falência, insolvência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

4.1.2.3- Empresas estrangeiras que não funcionem no país.

4.1.2.4 - Aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.

4.1.2.5 Servidor ou dirigente deste Município

4.1.2.6 Pessoa Jurídica em débito com o sistema de seguridade social, como estabelecido em Lei Federal, não poderá contratar com o poder público Municipal.

4.2- Para cadastramento junto à Prefeitura Municipal, a licitante deverá apresentar a documentação abaixo relacionada, a qual deverá ser apresentada em original ou por cópia autenticada por cartório competente ou membro da CPL, quando então será emitido o respectivo CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL – CRC:



4.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA (Art. 28 da Lei 8.666/93 e suas alterações)

4.2.1.1 - Cédula de Identidade e CPF dos Diretores;

4.2.1.2 - Registro Comercial, no caso de Empresa Individual;

4.2.1.3 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Obs.: Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.2.1.4 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

4.2.1.5 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.2.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (Art. 29 da Lei 8.666/93 e suas alterações).

4.2.2.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF);

4.2.2.2 - Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal – CEF;

4.2.2.3 - Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil, fazendo prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF n. 0473, de 17 de outubro de 2014.

4.2.2.4 - Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a fazenda estadual do domicílio ou sede da Licitante;

4.2.2.5 - Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando a regularidade fiscal com a fazenda municipal do domicílio ou sede da Licitante;

4.2.2.6- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho.

4.2.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Art. 31 da Lei 8.666/93 e suas alterações)

4.2.3.1 – Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da Sede da Licitante, com expedição máxima de 60 (sessenta) dias.

4.2.4. - Os documentos acima relacionados poderão ser entregues em original, por qualquer processo de cópias autenticadas por tabelião de notas ou por servidor da Prefeitura Municipal, sendo dispensada a autenticação quando se tratar de cópia disponibilizada por intermédio da Internet. Para as autenticações de documentos por servidor da administração deverá apresentar original.

5 – ENTREGA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTAS

5.1 - A documentação para Habilitação e as Propostas comerciais deverão ser encaminhadas à Prefeitura Municipal de Berilo/MG, até às 09:00horas do dia 18/09/2020, na forma estabelecida neste Edital.

5.2 - Os proponentes deverão efetuar a entrega dos Documentos de Habilitação e das Propostas de Preços à Comissão Permanente de Licitação, em envelopes separados, opacos e lacrados. O envelope contendo os **“DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”** deverá conter na sua parte externa e frontal os dizeres:



A/C COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Envelope 1 - "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"

TOMADA DE PREÇO Nº 005/2020

O envelope contendo a "PROPOSTA DE PREÇOS" deverá conter em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

A/C COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Envelope 2 - "PROPOSTA COMERCIAL"

TOMADA DE PREÇO Nº 005/2020

5.2. Serão aceitos documentos de habilitação e propostas remetidas pelo Correio, desde que entregues à Comissão Permanente de Licitação até a data e a hora marcada para o recebimento dos envelopes contendo os Documentos de Habilitação e Propostas de Preços. Os documentos recebidos após o dia e horário previstos no preâmbulo deste Edital serão devolvidos ao licitante proponente.

5.3. Não havendo expediente na data marcada, a reunião será realizada no primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e local, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

6 – DO CREDENCIAMENTO

6.1. Caso o proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, o mesmo deverá apresentar à Comissão Permanente de Licitação, antes da abertura do envelope de documentação de habilitação cópia autenticada por cartório competente ou membro da CPL os seguintes documentos:

a) Documento oficial de **identidade** e **CPF** do outorgante devidamente autenticado em cartório ou apresentar os originais para devida autenticação pela comissão de licitações;

b) Procuração reconhecida firma em cartório firmado pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando à comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado.

c) Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este apresentar cópia da Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como cópia autenticada do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou, no caso de empresa individual, o registro comercial.

6.1.1 - A falta do credenciamento não impede a participação do representante da empresa para fins de acompanhamento do procedimento e apresentação de documentos originais para autenticações.



7 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1- No envelope NÚMERO 01 - "Documentação de Habilitação", os participantes desta licitação deverão apresentar, com validade plena na data de abertura, os seguintes documentos:

7.1.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1.3- Registro comercial, no caso de empresa individual, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

7.1.4 - Certificado de Registro Cadastral (CRC).

7.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.2.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF);

7.2.2 - Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal – CEF;

7.2.3 - Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil, fazendo prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF n. 443, de 17 de outubro de 2014;

7.2.5 - Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a fazenda estadual do domicílio ou sede da Licitante;

7.2.6 - Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando a regularidade fiscal com a fazenda municipal do domicílio ou sede da Licitante;

7.2.7- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débito Trabalhista.

7.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.3.1 - Certificado de Registro de Pessoa Jurídica emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG) ou Conselho Regional de Arquitetura (CAU/MG) ou visto do mesmo, no caso de empresas não sediadas no Estado.

7.3.2 - Certificado de Registro de Pessoa Física emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional de Arquitetura (CAU/MG).

7.3.3 - Comprovação de aptidão do profissional indicado para ser o responsável técnico da Obra mediante apresentação de Atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA, acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, específica(s) para a obra referido no(s) Atestado(s), comprovando que o(s) profissional(is) indicado(s) para ser(em) o(s) responsável(is) técnico(s) da obra, executou(aram) obras de **CALÇAMENTO EM BLOQUETE COM ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DE - E = 8 CM - FCK = 35 MPA, COLCHÃO DE ASSENTAMENTO E = 6 CM.**



7.3.3.1 – Somente serão aceitas as Certidões de Acervo Técnico que se refiram a atividades relacionadas com a execução de obras, a saber: **coordenação, direção e execução.**

7.3.4 - Comprovação de que a licitante possui em seu quadro de pessoal, na data da licitação, o(s) profissional (is) de nível superior detentor (es) de atestado (s) técnico (s) referidos no item 7.3.3.

7.3.4.1-Esta comprovação deverá ser feita por meio da apresentação de Cópia da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, válida, emitida pelo CREA ou CAU, acompanhada de um dos documentos relacionados abaixo:

- a) Cópia da ficha de Registro de Empregados - RE, ou
- b) Cópia da folha do Livro de Registro de Empregados, ou
- c) Cópia do Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado, no qual conste o nome do detentor do Atestado da Capacidade Técnica, ou
- d) Cópia de Contrato com firmas reconhecidas de prestação de serviços.

7.3.5 - Termo de Compromisso da empresa licitante, assinado, em conjunto, pelo representante legal da empresa e pelo (s) responsável (is) técnico (s) indicado, de que o(s) responsável (is) técnico (s), detentor (es) do (s) atestado (s) referido (s) no item 7.3.3, será(ão) o (s) responsável (is) técnico (s) pela execução da obra, conforme **(Anexo VII)**.

7.3.6 - **ATESTADO DE VISITA TÉCNICA** – Emitido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Urbano, comprovando que a licitante visitou os locais de realização dos serviços, a fim de familiarizar-se com as condições de trabalho existentes, para que não sejam apresentadas reclamações decorrentes de condições desfavoráveis ou ocorrências que poderiam ter sido previstas pelo licitante **(Anexo VI)**. ou

7.3.6.1 - Declaração de que dispensou a visita técnica e que possui todas as informações necessárias a elaboração da proposta e das condições de execução do objeto, conforme **Anexo XI**.

7.3.6.2 - **A visita técnica é facultativa e poderá ser realizada até o ultimo dia de cadastramento, ou seja até o dia 15/09/2020, devendo ser previamente agendada** junto ao Setor de Obras do Município, através do telefone (033) 3737-1172, oportunidade em que a secretaria de obras da Prefeitura, acompanhará os interessados até o local da obra.

7.3.6.3 - A visita deverá ser efetuada por pessoa credenciada pela empresa interessada em apresentar propostas.

7.3.6.4 - Será de inteira responsabilidade da licitante o seu deslocamento até o local da visita.

7.3.6.5 - Nenhum responsável técnico ou pessoa credenciada poderá representar mais de uma licitante para fins da visita técnica.

7.3.6.6 – Se o licitante optar por não fazer a visita técnica, deverá obrigatoriamente apresentar a declaração de que trata o item 7.3.6.1, **sob pena de inabilitação**.

7.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA- FINANCEIRA

7.4.1- Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo Distribuidor da Sede da Licitante, **com emissão de no máximo 60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura deste certame.

7.4.2 – Possuir capital social mínimo de **R\$ 19.800,00** (dezenove mil e oitocentos reais), referente ao limite de até 10% do valor estimado da contratação, que deverá constar do ato constitutivo da empresa. Conforme estabelecido no art. 31, §2º e 3º da Lei nº 8.666/1993.



7.5 - DECLARAÇÕES DE CARÁTER GERAL:

7.5.1 - Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal, conforme modelo do Anexo V deste edital.

7.5.2 - Declaração de disponibilidade das exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação através de relação explícita dos mesmos em observância ao §6º, Art. 30 da lei 8.666/93, conforme modelo do **Anexo VIII**.

7.5.3 - Declaração da licitante de que tem mantida todas as condições de habilitação e qualificação exigidas e de que não foi declarada inidônea, a teor do disposto no artigo 87, inciso IV da Lei de Licitações, inexistindo, portanto, superveniência de fato impeditivo à sua habilitação, conforme modelo do **Anexo X**;

7.6 - Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia, devendo estes ser autenticados em cartório competente ou membro da CPL.

7.7 - Nas certidões fornecidas via internet, o Presidente da CPL confirmará a veracidade das mesmas.

7.8 - Os licitantes que apresentarem cópias dos documentos sem autenticação deverão, obrigatoriamente, apresentar os documentos originais no ato da abertura do envelope de habilitação, sob pena de inabilitação.

7.9 - Não serão admitidos documentos incompletos ou rasurados.

7.10 - A falta de qualquer documento implicará na Inabilitação da firma do participante.

7.11 - Todos os documentos deverão ter validade plena na data de abertura dos envelopes.

7.12- Em hipótese alguma será aceito pela Comissão de Licitação protocolo dos documentos relacionados acima.

7.13- Reserva-se à Administração, a qualquer tempo, requisitar os documentos originais para efeito de conferência.

8 - DA PROPOSTA

8.1 - A proposta deverá ser apresentada em envelope separado ("ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA DE PREÇO"), em papel timbrado ou com o carimbo contendo a razão social e o CNPJ da empresa, endereço completo, e será datada e assinada pelo proponente ou pessoa devidamente habilitada para tal.

8.2 - A proposta corresponderá com exatidão ao objeto da licitação e será preenchida por processo mecânico: máquina de datilografia ou computador.

8.3 - A proposta será elaborada com clareza e não poderá conter entrelinhas ou rasuras.

8.4 - Não se aceitarão as propostas enviadas via fax ou em envelopes abertos ou as propostas que não tenham observado as exigências deste ato convocatório.

8.5 - A apresentação de proposta ao referido processo implica na concordância com as normas estabelecidas no mesmo;

8.6 - A proposta de preço deve ser apresentada em uma única via, digitada, sem emendas ou rasuras, em papel timbrado da proponente, obrigatoriamente acompanhada, sob pena de desclassificação:

8.6.1 – **CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**, conforme **Anexo IX**, contendo:

8.6.1.1 – Preço global da obra, em algarismo e por extenso, sendo que em caso de divergência será considerado o valor consignado por extenso.

8.6.1.2 – Número do Fax, e-mail ou assemelhado de comunicação rápida, bem como o nome do responsável da empresa que deverá ser contatado, objetivando agilizar os procedimentos entre a Contratante e a empresa conforme disponibilidade.



8.6.1.3 – Indicação da agência, do número da conta e do nome da instituição bancária, bem como o nº do CNPJ/MF e da inscrição estadual do proponente, conforme disponibilidade.

8.6.2 – **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTOS:** em papel timbrado da licitante, conforme modelo fornecido no **Anexo II** do presente edital, datilografada ou digitada, sem emendas ou rasuras, com preços unitários e totais em algarismo e o valor global em algarismo e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergências, devidamente rubricada pelo representante legal da licitante, bem como o demonstrativo de composição do BDI;

8.6.2.1 - O BDI corresponde às despesas indiretas e ao lucro do construtor. Incide sobre a soma dos preços dos materiais, mão-de-obra, encargos sociais e equipamentos (exceto para Depreciação e Juros do Capital Investido).

8.6.3 – **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** de acordo com o modelo **Anexo III**, devidamente rubricado pelo representante legal da licitante.

8.6.4 – Memória de cálculo do BDI (Bonificações e Despesas Indiretas) com demonstrativo de composição.

8.6.5 – Composição do Custo Unitário de cada item da planilha orçamentária.

8.7 – O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data de realização desta licitação.

8.8 - Não se admitirá proposta que apresente valor simbólico ou irrisório, de valor zero, excessivo ou manifestamente inexequível.

8.8.1 - Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Entidade de Licitação; ou
- b) Valor estimado pela Entidade de Licitação.

8.9 - A não observância do item 8.8.1 e de suas alíneas ensejará a desclassificação da proposta.

8.10 - Uma vez abertos os envelopes das propostas, não serão admitidos pedidos de retificação, vantagens e outras condições oferecidas.

8.11 - A Comissão Permanente de Licitação não admitirá declarações posteriores de desconhecimentos de fatos, no todo ou em parte, que dificultem ou impossibilitem a execução do objeto ora licitado.

9 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1 - Na data e hora marcadas para a realização da licitação, a Comissão procederá à abertura dos envelopes, sob a garantia de acesso dos representantes credenciados das firmas concorrentes a todos os documentos.

9.2 - A Comissão de Licitação abrirá, primeiramente, os envelopes contendo a documentação de habilitação mencionada no sub-item 7.1, inabilitando o licitante que não atender as exigências deste EDITAL e dos seus ANEXOS.

9.3 - No caso de haver algum licitante inabilitado e manifestar interesse de interpor recurso, será concedido o prazo de recurso de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de abertura do ENVELOPE 1.

9.4 - Não serão abertos os envelopes de propostas das empresas inabilitadas na primeira fase do certame, hipótese em que os mesmos serão devolvidos, intactos, aos respectivos licitantes.

9.5 - Havendo inabilitação e caso todos os licitantes desistam expressamente do oferecimento de recurso, poderá a Comissão de Licitação dar prosseguimento aos trabalhos.



9.6 - Havendo algum licitante inabilitado, decorrido o prazo de recurso ou nenhum tendo sido interposto, julgados os apresentados, a Comissão Permanente de Licitação dará andamento ao processo.

9.7 - O prazo de recurso previsto no sub-item 9.3. não gera direito a apresentação de novo documento ou informação, exceto as informações solicitadas pela Comissão de Licitações em caráter de diligência, conforme previsto no Artigo 43, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93.

9.8 - A Comissão Permanente de Licitação, processará a abertura do ENVELOPE 2, contendo as propostas de preços dos licitantes habilitados, passando-se ao exame das mesmas, que deverão obedecer ao disposto no sub-item 8.1.

9.9 - Ocorrendo divergência entre os valores indicados na proposta de preços em algarismos e por extenso, prevalecerão, para todos os fins de direito, os firmados por extenso, e entre unitário e total, prevalecerá o unitário.

9.10- Todos os documentos contidos nos envelopes de habilitação e proposta de preços serão rubricados pelos licitantes presentes e pela Comissão Permanente de Licitação.

9.11- Será lavrada ata circunstanciada de abertura que poderá ser assinada pelos licitantes presentes e obrigatoriamente assinada pela Comissão Permanente de Licitação.

10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 - O julgamento da presente licitação será efetuado pela Comissão Permanente de Licitação, que considerará vencedor o licitante que, atendendo às exigências deste EDITAL e seus anexos, oferecer o **MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL**.

10.2 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que desejarem obter benefícios da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006 e fizerem jus aos benefícios, deverão apresentar, obrigatoriamente, a **Certidão Simplificada Digital emitida pela Junta Comercial; onde se comprove o enquadramento em ME ou EPP**.

10.3 - Caso as propostas apresentadas por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta de menor preço, será adotado o seguinte procedimento:

- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela de menor preço;
- b) não sendo classificada em primeiro lugar microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem 10.3, observada a ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem no percentual estabelecido no subitem 10.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- d) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 2 (duas) horas, sob pena de preclusão;
- e) na hipótese de não-contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, o objeto da licitação será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- f) o disposto no subitem 10.3 somente será aplicável quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.



10.4 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.5 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame e emitida a adjudicação, para a regularização da documentação.

10.6 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 10.5, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.7 - Havendo empate, será obedecido o critério previsto no parágrafo 2º do artigo 3º da Lei 8.666/93, após o que, persistindo, se fará o sorteio previsto no parágrafo 2º do artigo 45 da mesma Lei, independentemente da presença dos licitantes ou seus prepostos, após convocados.

10.8 - Não será admitido cancelamento da proposta, exceto nos seguintes casos:

10.8.1 - Erro de cálculo, quando evidente;

10.8.2 - Cotação muito distante da média dos preços oferecidos, que leve a Prefeitura a concluir que houve equívoco;

10.8.3 - Prova de que foi mal interpretada a especificação e oferecido a mercadoria ou serviço diferente do que foi solicitado.

10.9 - Poderá o Município, a seu juízo, solicitar novos detalhes sobre as propostas apresentadas.

10.9.1 - A simples irregularidade formal que evidencie lapso isento da má-fé e que não afete o conteúdo da proposta, não será causa de desclassificação.

10.9.2. A Comissão de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes a eficácia para fins de classificação e habilitação.

10.9.3. Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.9.3.1 - Neste caso a comissão poderá solicitar o reenvio da(s) planilha(s), com correção dos erros ou falhas, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto.

10.10- Não será considerada nenhuma opção ou alternativa que não esteja explicitada no objeto.

10.11 – A presente licitação poderá ser anulada ou revogada, na forma do art. 49 da Lei Nº 8.666/93.

10.12 – A Comissão de licitação, ao exame das propostas, de imediato, desclassificará aquelas que:

10.12.1 - Tenham inobservado os termos da presente TOMADA DE PREÇO;

10.12.2 - Contenham preços manifestamente inexequíveis ou financeiramente incompatíveis com os objetivos da licitação, notadamente por serem superiores aos praticados no mercado;

10.12.3 - Apresentem rasuras, entrelinhas ou emendas;

10.12.4 - Cuja viabilização necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.



10.12.5– Esta licitação não implicará em qualquer compromisso por parte da Prefeitura Municipal de Berilo, que por razão superveniente e fundamentada poderá vir a tomar as seguintes decisões, não cabendo às proponentes o direito de reclamação indenizatória:

- a) Revogar total ou parcialmente, ou anular a presente licitação com base no art. 49 da Lei 8.666/93;
- b) A Prefeitura Municipal de Berilo poderá desclassificar propostas que apresentarem preenchimento incorreto ou não contiver os dados necessários para análise ou ainda que seu conteúdo não satisfaça os requisitos legais;
- c) Desqualificar a proponente em caso de comprovação de fatos ou circunstâncias que desabonem sua idoneidade ou capacidade financeira;

10.12.6 - Em caso de empate de duas ou mais propostas a Comissão Permanente de Licitações procederá ao sorteio, em conformidade com o art. 45, parágrafo 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

10.12.7 - Decorrido o prazo de recurso e nenhum tendo sido interposto, ou denegados os que por ventura tenham sido postulados, o presente processo será encaminhado para homologação pela autoridade competente.

11 – DA EXECUÇÃO, DA VIGÊNCIA, DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO, DO PAGAMENTO E DO ACEITE

11.1- O contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência de 05 (cinco) meses, podendo ser prorrogado se houver necessidade devidamente justificada conforme previsto no Art. 57 da Lei 8666/93.

11.1.2 - O prazo para conclusão da obra objeto da contratação será de **03 (três) meses**, contados da emissão da ordem de serviço.

11.2 - A Empresa vencedora deverá assinar o contrato dentro de no máximo 05 (cinco) dias após convocação feita pela PREFEITURA, sob pena da multa prevista deste Edital, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93 com sua redação atual.

11.3- A Secretaria de Desenvolvimento Urbano indicará um representante para acompanhamento dos serviços aqui solicitados.

11.4- O pagamento será efetuado em parcelas, de acordo com o cronograma físico- financeiro, após atestada, pela CONTRATANTE, a execução física e a comprovação do aporte da contrapartida da etapa correspondente e após a comprovação financeira da etapa anterior pelo contratado.

11.4.1- O pagamento da ultima parcela ficará condicionado ao ateste, pela contratante, da execução total do empreendimento objeto deste processo.

11.4.2 - A não apresentação dos documentos comprobatórios de recolhimento dos encargos acima citados, bem como a não conclusão da etapa prevista no cronograma de execução acarretarão a imediata suspensão de quaisquer pagamentos pelo contratante.

11.4.3 – As Notas Fiscais deverão conter o número do processo licitatório e a modalidade correspondentes.

11.5 - O Município não aceitará o objeto que estiver em desacordo com o EDITAL, sem que lhe caiba qualquer indenização.

11.6 - Incumbe à CONTRATADA entregar o empreendimento especificado no Projeto e demais anexos pronto e acabado, em perfeitas condições de uso imediato.

11.7 - Subsistirá na forma da lei, mesmo após a entrega, a responsabilidade do licitante adjudicado pela qualidade do bem licitado.



11.8 – A CONTRATADA deverá dar início à execução das obras conforme cronograma físico-financeiro de imediato, no prazo de até 05 (dias) dias após a AUTORIZAÇÃO DE INÍCIO DAS OBRAS emitida pela Prefeitura Municipal, devendo permitir a qualquer tempo, a fiscalização da execução da obra por servidor do Município ou por profissional devidamente habilitado para tanto.

11.9- Obriga-se a CONTRATADA a observar a legislação do Ministério do Trabalho que determina obrigações no campo da segurança, higiene e medicina do trabalho.

12- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 - Cumprir dentro do prazo contratual, as obrigações assumidas;

12.2 - Assegurar durante a execução dos serviços e obras, a proteção e conservação dos mesmos;

12.3 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis;

12.4 - Providenciar as placas do serviço, com seus dados indicativos, conforme orientação da fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento urbano;

12.5 - Obedecer integralmente o plano de segurança, conforme as Normas de Segurança do Trabalho;

12.6 - Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal da sua contratação, necessários à execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista e quaisquer outros decorrentes dos serviços constantes do presente contrato; 12.7 - Executar, conforme a melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, bem como as instruções, especificações e detalhes fornecidos ou editados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;

12.8 - Manter atualizado o “Diário de Obras”, nele registrado todas as ocorrências que afetam o prazo de execução, ou orçamento dos serviços;

12.9 - Respeitar e fazer respeitar, sob as penas legais, a legislação e postura municipal sobre a execução de serviços em locais públicos;

12.10 - Manter a frente dos trabalhos a equipe técnica indicada em sua proposta, ou a que venha ser aprovada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Urbano na exigência de indicação, sempre liderada por engenheiro qualificado, com capacidade e poderes bastantes para representá-la perante a Fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Urbano resolver problemas referentes às obras em execução;

12.11 - Manter, em bom estado, todo o equipamento necessário à perfeita execução dos serviços contratados, objetivando atender ao cronograma físico, à qualificação e às especificações técnicas; 12.12 - A contratada deverá instalar as placas de obra previstas no contrato antes do início efetivo dos seus serviços.

12.13 - A contratada obedecerá à ordem de execução da obra, de conformidade com as orientações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Urbano.

12.14 - A fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Urbano poderá exigir da contratada, por escrito, a substituição de qualquer empregado cuja conduta considere inconveniente. 12.14.1 - A fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Urbano poderá determinar à contratada o reforço de equipamento ou substituição da unidade, caso venha constatar que o mesmo é insuficiente ou impróprio para dar, aos serviços, o andamento previsto.



12.15 - Cumprimento integralmente todas as normas relativas à proteção ambiental, sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrente de sua inobservância

13- DO REAJUSTAMENTO:

13.1- Os preços são irrevogáveis na vigência do contrato, ressalvadas as exceções previstas e na forma da lei.

13.2 - Nos casos de aumento ou diminuição de incidência tributária sobre o objeto contratado, os preços poderão sofrer variação, na mesma proporção, ou de acordo com o impacto sobre o valor do contrato.

13.3 - Nos casos de outros fatores que influenciam os preços do objeto contratado serão avaliados isoladamente, sendo decididos na forma da lei, ou de acordo com o impacto sobre o valor contratado.

13.4 - Admite-se a repactuação do valor contratual, na forma da lei, desde que não atinja parcelas da obra que deveriam estar concluídas, de acordo com a previsão do cronograma físico financeiro originalmente apresentado.

14- DAS PENALIDADES:

14.1 - O não cumprimento total ou parcial das cláusulas constantes neste EDITAL ou das obrigações assumidas caracterizará o inadimplemento da adjudicatária/contratada, sujeitando-se às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis à espécie:

14.1.1 - Advertência;

14.1.2 - Multa, nos seguintes percentuais:

a) - multa no valor de 0,2 % (dois décimos por cento) sobre o valor do Empenho Global por dia de atraso na entrega dos serviços;

b) - multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do Empenho Global, no caso de atraso igual ou superior a 30 (trinta) dias, com o consequente cancelamento da homologação/contrato.

14.1.3 - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal, conforme disposto no inciso III, artigo 87, da Lei 8.666/93;

14.1.4 - Declaração de idoneidade para licitar e contratar com o Município enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a autoridade que aplicou a penalidade.

14.1.5 - A advertência prevista no sub-item 14.1.1, será aplicada pelo Chefe do Departamento interessado, por ofício, e a multa prevista no sub-item 14.1.2 será aplicada pelo Prefeito Municipal, após apreciação da defesa apresentada pelo inadimplente no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

14.1.6 - As penalidades previstas nos sub-ítem 14.1.3 e 14.1.4 são de competência do Prefeito Municipal, facultada a defesa do inadimplente no prazo de 10 (dez) dias contados da abertura de vista.

14.2 - A recusa do licitante em assinar o Contrato de Execução de Obra por Empreitada se houver, dentro do prazo fixado pela Administração implicará na aplicação de multa equivalente a 0,2% (dois décimos por cento), sobre o valor a ser contratado, por inadimplemento total, sem prejuízo da aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos, a critério da Administração, garantida, em qualquer caso, a prévia defesa do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação.

14.3 - O Município de Berilo poderá rescindir o contrato, se ocorrer quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.



15 - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS:

15.1 – Uma vez apresentada proposta para a participação na licitação, a firma declara implicitamente a aceitação das condições e termos da presente TOMADA DE PREÇOS.

15.2 - Os representantes das firmas licitantes deverão estar devidamente credenciados para os atos de abertura dos envelopes de habilitação e propostas de preços.

15.3 - O regime jurídico do futuro contrato reserva ao Município a prerrogativa de:

15.3.1 - modificá-lo unilateralmente;

15.3.2 - rescindi-lo unilateralmente, na forma da lei;

15.3.3 - fiscalizar a sua execução.

15.4 - Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado.

15.5 - Os prazos estabelecidos na presente TOMADA DE PREÇOS, bem como nas respectivas propostas, sempre iniciam e terminam em dia de expediente na Administração, e serão sempre considerados dias corridos, prorrogando-se para o primeiro dia útil quando recaírem em dia em que não houver expediente.

15.6 - Das decisões na presente TOMADA DE PREÇOS, poderão ser interpostos Recursos Administrativos nos prazos e forma prevista no artigo 109 da Lei 8.666/93.

16 - DO RECURSO ADMINISTRATIVO, DA IMPUGNAÇÃO

16.1 - Das decisões pertinentes a presente licitação caberá recurso, se houver, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato ou de se lavrar a ata, para os casos de:

a) Habilitação ou inabilitação.

b) Julgamento das propostas de Preço.

c) Anulação ou revogação da licitação.

16.2. - O recurso previsto no sub-item 16.1, letra "a" e "b" terá efeito suspensivo, podendo, no entanto, as autoridades competentes, mediante razões do direito e do interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva no caso previsto na letra "c" do mesmo sub-item.

16.3 - O recurso acima mencionado, uma vez interposto deverá ser comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

16.4 - O recurso será dirigido ao Prefeito Municipal ou a quem este indicar por delegação, através do agente que praticou o ato recorrido, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou se não o fizer, deverá neste mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, à autoridade competente para julgá-lo. Nesse caso, a decisão deverá ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso.

16.5 Serão admitidos os recursos constantes da Lei Federal n.º 8.666/93 (artigo 109) e os prazos serão contados conforme artigo 110.

16.6 O prazo para impugnação deste Edital é o constante do parágrafo 1º do artigo 41, da Lei supra mencionada.

16.7 Na hipótese de o licitante não concordar com qualquer decisão que venha a ser proferida pela Comissão de Licitação, poderá recorrer e, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme preceitua o § 6º do art. 109 da Lei 8.666/93, formalizar o recurso e protocolar com exclusividade no setor de protocolo da Prefeitura;



17- DO RECEBIMENTO DA OBRA

17.1 - Após o término das obras, objeto do edital será expedido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Urbano, o termo de recebimento Provisório da obra, emitido pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, assinado pelas partes em até 15 dias da comunicação escrita do contratado. Após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto da data do recebimento provisório, será expedido o termo de recebimento definitivo.

18 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1- A Prefeitura Municipal poderá revogar a presente licitação, por interesse público ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação sempre em despacho fundamentado, sem que caiba aos licitantes quaisquer indenizações ou reclamações.

18.2 – O responsável técnico pela execução dos serviços deverá fazer parte do quadro de empregados da empresa ou do quadro societário, com a devida comprovação.

18.3 - Findo o prazo de recebimento dos envelopes estabelecido neste EDITAL, não será permitido, em hipótese alguma, qualquer outro licitante interessado, nem qualquer retificação da documentação e/ou das propostas.

18.4 - A Comissão poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligências, objetivando esclarecer ou complementar informação que possa instruir e elucidar questões pendentes do processo, vedada a juntada de documento não apresentado no momento oportuno.

18.5 - Somente terão direito de usar a palavra, rubricar documentos contidos nos envelopes da "Documentação da Habilitação" e da "Proposta", fazer reclamações, assinar a ata e interpor recurso, os representantes dos licitantes devidamente CREDENCIADOS.

18.6 - A manifestação dos representantes dos licitantes somente se dará após o franquiamento pela Comissão de Licitações. A manifestação de pessoa não credenciada ou intempestiva poderá, a critério da Comissão, acarretar o convite para que o manifestante se retire da sala de reuniões.

18.7 – O Prazo e condições para assinatura do contrato:

18.7.1- O adjudicatário deverá assinar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, a partir da adjudicação ou do comunicado expedido pela Comissão Permanente de Licitação.

18.7.1.1. Fica designado como local para assinatura do Contrato a sede da Prefeitura Municipal de Berilo, situada na Praça Dr. Antônio Carlos, nº 85 – Centro – Cep.: 39.640-000 .

18.7.1.2. O prazo concedido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

18.7.2. Nos termos do § 2º Art. 64 da Lei Federal nº 8.666/93, poderá a Administração, quando o convocado não aceitar ou não assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidos, convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da cominação do art. 81 da Legislação citada.

18.8 - Os casos omissos e dúvidas com relação a presente licitação, como também a este EDITAL, serão resolvidas pela Comissão de Licitações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BERILO-MG

ADM: 2017 - 2020

Folha

Nº _____

18.9 - Informações complementares poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal, situada no endereço mencionado no preâmbulo deste Ato Convocatório ou pelo tel. (33) 3737 - 1172 no horário de 08:00 às 11:30 horas e de 13:00 as 16:30 horas.

Berilo/MG, 26 de Agosto de 2020.

WILIAM AMARAL DIAS

Presidente da Comissão Permanente de Licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE BERILO-MG

ADM: 2017 - 2020

Folha

Nº _____

ANEXO II - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTOS

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTOS

PREFEITURA: PREFEITURA MUNICIPAL DE BERILO					FOLHA Nº: 01/01			
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS					DATA: 30/07/2020			
LOCAL: 1- NELSON ESTEVES DOS SANTOS, 2- RUA ANTÔNIO DE SALES AMARAL e 3- RUA DO PORTO - SEDE				FORMA DE EXECUÇÃO:				
REGIÃO/MÊS DE REFERÊNCIA: JEQUITINHONHA E MUCURI -SEM DESONERAÇÃO JANEIRO/2020				() DIRETA		(X) INDIRETA		
PRAZO DE EXECUÇÃO: 02 meses iss = 3,0 %						LDI 23,13%		
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	PREÇO UNITÁRIO S/ LDI	PREÇO UNITÁRIO C/ LDI	PREÇO TOTAL	
1		RUA NELSON ESTEVES DOS SANTOS					34.397,38	
1.1		SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1.1	ED-50152	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA (3,00X1,50M) - EM CHAPA GALVANIZADA 0,26 AFIXADAS COM REBITES 540 E PARA FUSOS 3/8, EM ESTRUTURA METÁLICA VIGA U 2" ENRIJECIDA COM METALON 20X20, SUPORTE EM EUCALIPTO AUTOCLAVA DO PINTADAS	unid	1,00	1.105,84	1.361,62	1.361,62	
SUB-TOTAL							1.361,62	
1.2		MEIO-FIO/SARJETA						
1.2.1	ED-14762	SARJETA DE CONCRETO URBANO(SCU), TIPO1, COM FCK15MPA, LARGURA DE 50CM COM INCLINAÇÃO DE 3%, ESP.7CM, PADRÃO DEER-MG, EXCLUSIVE MEIO-FIO, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APILOAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO (EM CAÇAMBA)	m	148,00	22,98	28,30	4.188,40	
1.2.2	ED-51139	GUIA DE MEIO-FIO, EM CONCRETO COM FCK20 MPA, PRÉ-MOLDADA, MFC-01 PADRÃO DEER-MG, DIMENSÕES (12X16,7X35)CM, EXCLUSIVE SARJETA, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APILOAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIA LESCAVADO (EM CAÇAMBA)	m	148,00	42,50	52,33	7.744,84	
1.2.3	ED-51135	GUIA DE CORDÃO BOLEADO, EM CONCRETO COM FCK 20MPA, PRÉ-MOLDADA, 10X10CM (ALTURA X LARGURA), INCLUSIVE UMA (1) FIADA DE BLOCO DE CONCRETO, ESP. 9CM, ESCAVAÇÃO, APILOAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO (EM CAÇAMBA)	m	6,00	28,24	34,77	208,62	
SUB-TOTAL							12.141,86	
1.3		PAVIMENTAÇÃO						
1.3.1	RO-41081	REGULARIZAÇÃO DO SUB-LEITO (PROCTOR NORMAL)	m2	444,00	A CARGO DA PREFEITURA			
1.3.2	RO-43112	SUB-BASE, SEM MISTURA, COMPACTADA NA ENERGIA DO PROCTOR INTERMEDIÁRIO (EXECUÇÃO, INCLUINDO ESCAVAÇÃO, CARGA, DESCARGA, ESPALHAMENTO, UMIDECIMENTO E COMPACTAÇÃO DO MATERIAL; EXCLUI AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DO MATERIAL)	m3	66,60	A CARGO DA PREFEITURA			
1.3.3	COTAÇÃO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA SUB-BASE (CASCALHO: ARGILA + MATERIAL GRANULAR), INCLUSIVE TRANSPORTE	m3	66,60	A CARGO DA PREFEITURA			



PREFEITURA MUNICIPAL DE BERILO-MG

ADM: 2017 - 2020

Folha

Nº _____

1.3.4	ED-50416	EXECUÇÃO DE CALÇAMENTO EM BLOQUETE - E = 8 CM - FCK = 35 MPA, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS, COLCHÃO DE ASSENTAMENTO E = 6 CM	m2	370,00	45,86	56,47	20.893,90
SUB-TOTAL							20.893,90
2		RUA ANTONIO DE SALES AMARAL					34.850,95
2.1		MEIO-FIO/SARJETA					
2.1.1	ED-14762	SARJETA DE CONCRETO URBANO(SCU), TIPO1, COM FCK15MPA, LARGURA DE 50CM COM INCLINAÇÃO DE 3%, ESP.7CM, PADRÃO DEER-MG, EXCLUSIVE MEIO-FIO, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APILOAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO (EM CAÇAMBA)	m	146,00	22,98	28,30	4.131,80
2.1.2	ED-51139	GUIA DE MEIO-FIO, EM CONCRETO COM FCK20 MPA, PRÉ-MOLDADA, MFC-01 PADRÃO DEER-MG, DIMENSÕES (12X16,7X35)CM, EXCLUSIVE SARJETA, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APILOAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO (EM CAÇAMBA)	m	146,00	42,50	52,33	7.640,18
2.1.3	ED-51135	GUIA DE CORDÃO BOLEADO, EM CONCRETO COM FCK 20MPA, PRÉ-MOLDADA, 10X10CM (ALTURA X LARGURA), INCLUSIVE UMA (1) FIADA DE BLOCO DE CONCRETO, ESP. 9CM, ESCAVAÇÃO, APILOAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO (EM CAÇAMBA)	m	6,00	28,24	34,77	208,62
SUB-TOTAL							11.980,60
2.2		PAVIMENTAÇÃO					
2.2.1	RO-41081	REGULARIZAÇÃO DO SUB-LEITO (PROCTOR NORMAL)	m2	486,00	A CARGO DA PREFEITURA		
2.2.2	RO-43112	SUB-BASE, SEM MISTURA, COMPACTADA NA ENERGIA DO PROCTOR INTERMEDIÁRIO (EXECUÇÃO, INCLUINDO ESCAVAÇÃO, CARGA, DESCARGA, ESPALHAMENTO, UMIDECIMENTO E COMPACTAÇÃO DO MATERIAL; EXCLUI AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DO MATERIAL)	m3	72,90	A CARGO DA PREFEITURA		
2.2.3	COTAÇÃO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA SUB-BASE (CASCALHO: ARGILA + MATERIAL GRANULAR), INCLUSIVE TRANSPORTE	m3	72,90	A CARGO DA PREFEITURA		
2.2.4	ED-50416	EXECUÇÃO DE CALÇAMENTO EM BLOQUETE - E = 8 CM - FCK = 35 MPA, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS, COLCHÃO DE ASSENTAMENTO E = 6 CM	m2	405,00	45,86	56,47	22.870,35
SUB-TOTAL							22.870,35
3		RUA DO PORTO					129.100,38
3.1		MEIO-FIO/SARJETA					
3.1.1	ED-14762	SARJETA DE CONCRETO URBANO(SCU), TIPO1, COM FCK15MPA, LARGURA DE 50CM COM INCLINAÇÃO DE 3%, ESP.7CM, PADRÃO DEER-MG, EXCLUSIVE MEIO-FIO, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APILOAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO (EM CAÇAMBA)	m	780,00	22,98	28,30	22.074,00
3.1.2	ED-51139	GUIA DE MEIO-FIO, EM CONCRETO COM FCK20 MPA, PRÉ-MOLDADA, MFC-01 PADRÃO DEER-MG, DIMENSÕES (12X16,7X35)CM, EXCLUSIVE SARJETA, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APILOAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO (EM CAÇAMBA)	m	780,00	42,50	52,33	40.817,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE BERILO-MG

ADM: 2017 - 2020

Folha

Nº _____

3.1.3	ED-51135	GUIA DE CORDÃO BOLEADO, EM CONCRETO COM FCK 20MPa, PRÉ-MOLDADA, 10X10CM (ALTURA X LARGURA), INCLUSIVE UMA (1) FIADA DE BLOCO DE CONCRETO, ESP. 9CM, ESCAVAÇÃO, APILOAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO (EM CAÇAMBA)	m	4,00	28,24	34,77	139,08
SUB-TOTAL							63.030,48
3.2		PAVIMENTAÇÃO					
3.2.1	RO-41081	REGULARIZAÇÃO DO SUB-LEITO (PROCTOR NORMAL)	m2	1.560,00	A CARGO DA PREFEITURA		
3.2.2	RO-43112	SUB-BASE, SEM MISTURA, COMPACTADA NA ENERGIA DO PROCTOR INTERMEDIÁRIO (EXECUÇÃO, INCLUINDO ESCAVAÇÃO, CARGA, DESCARGA, ESPALHAMENTO, UMIDECIMENTO E COMPACTAÇÃO DO MATERIAL; EXCLUI AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DO MATERIAL)	m3	234,00	A CARGO DA PREFEITURA		
3.2.3	COTAÇÃO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA SUB-BASE (CASALHO: ARGILA + MATERIAL GRANULAR), INCLUSIVE TRANSPORTE	m3	234,00	A CARGO DA PREFEITURA		
3.2.4	ED-50416	EXECUÇÃO DE CALÇAMENTO EM BLOQUETE - E = 8 CM - FCK = 35 MPa, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS, COLCHÃO DE ASSENTAMENTO E = 6 CM	m2	1.170,00	45,86	56,47	66.069,90
SUB-TOTAL							66.069,90
TOTAL GERAL DA OBRA							R\$ 198.348,71

Alessandro Araújo Martins
Engº Civil – CREA/MG 63.852/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE BERILO-MG

ADM: 2017 - 2020

Folha

Nº _____

ANEXO III - CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

PREFEITURA: PREFEITURA MUNICIPAL DE BERILO			VALOR: R\$ 198.348,71					DATA: 30/0/2020	
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS			LOCAL: RUA NELSON ESTEVES DOS SANTOS, RUA ANTONIO DE SALES AMARAL E RUA DO PORTO					PRAZO DA OBRA: 02 MESES	
ITEM	CÓDIGO	ETAPAS/DESCRIÇÃO	FÍSICO/ FINANCEIRO	TOTAL ETAPAS	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5
1	ED-50152	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA (3,00X1,50M) - EM CHAPA GALVANIZADA 0,26 AFIXADAS COM REBITES 540 E PARA FUSOS 3/8, EM ESTRUTURA METÁLICA VIGA U 2" ENRIJECIDA COM METALON 20X20, SUPORTE EM EUCALIPTO AUTOCLAVA DO PINTADAS	Físico %	0,69%	100,00%				
			Financeiro	R\$ 1.361,62	R\$ 1.361,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	ED-14762	SARJETA DE CONCRETO URBANO(SCU), TIPO1, COM FCK15MPA, LARGURA DE 50CM COM INCLINAÇÃO DE 3%, ESP.7CM, PADRÃO DEER-MG, EXCLUSIVE MEIO-FIO, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APILOAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO (EM CAÇAMBA)	Físico %	15,32%	50,00%	50,00%			
			Financeiro	R\$ 30.394,20	R\$ 15.197,10	R\$ 15.197,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3	ED-51139	GUIA DE MEIO-FIO, EM CONCRETO COM FCK20 MPA, PRÉ-MOLDADA, MFC-01 PADRÃO DEER-MG, DIMENSÕES (12X16,7X35)CM, EXCLUSIVE SARJETA, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APILOAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO (EM CAÇAMBA)	Físico %	28,34%	50,00%	50,00%			
			Financeiro	R\$ 56.202,42	R\$ 28.101,21	R\$ 28.101,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4	ED-51135	GUIA DE CORDÃO BOLEADO, EM CONCRETO COM FCK 20MPA, PRÉ-MOLDADA, 10X10CM (ALTURA X LARGURA), INCLUSIVE UMA (1) FIADA DE BLOCO DE CONCRETO, ESP. 9CM, ESCAVAÇÃO, APILOAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO (EM CAÇAMBA)	Físico %	0,28%		100,00%			
			Financeiro	R\$ 556,32	R\$ 0,00	R\$ 556,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5	RO-41081	REGULARIZAÇÃO DO SUB-LEITO (PROCTOR NORMAL)	Físico %	0,00%	100,00%				
			Financeiro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BERILO-MG

ADM: 2017 - 2020

Folha

Nº _____

6	RO-43112	SUB-BASE, SEM MISTURA, COMPACTADA NA ENERGIA DO PROCTOR INTERMEDIÁRIO (EXECUÇÃO, INCLUINDO ESCAVAÇÃO, CARGA, DESCARGA, ESPALHAMENTO, UMIDECIMENTO E COMPACTAÇÃO DO MATERIAL; EXCLUI AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DO MATERIAL)	Físico %	0,00%	100,00%				
			Financeiro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7	COTAÇÃO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA SUB-BASE (CASCALHO: ARGILA + MATERIAL GRANULAR), INCLUSIVE TRANSPORTE	Físico %	0,00%	100,00%	0,00%			
			Financeiro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8	ED-50416	EXECUÇÃO DE CALÇAMENTO EM BLOQUETE - E = 8 CM - FCK = 35 MPA, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS, COLCHÃO DE ASSENTAMENTO E = 6 CM	Físico %		50,00%	50,00%			
			Financeiro	R\$ 109.834,15	R\$ 54.917,08	R\$ 54.917,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9			Físico %						
			Financeiro		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10			Físico %						
			Financeiro		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
			Financeiro		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL			Físico %	100,00%	50,20%	49,80%	0,00%	0,00%	0,00%
			Financeiro	R\$ 198.348,71	R\$ 99.577,01	R\$ 98.771,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Alessandro Araújo Martins
Engº Civil – CREA/MG 63.852/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE BERILO-MG

ADM: 2017 - 2020

Folha

Nº _____

COMPOSIÇÃO BDI – SEM DESONERAÇÃO

Composição do BDI sugerida	Intervalos admissíveis sem justificativa	Composição de BDI Adotada		BDI Proposto: 23,13%
Seguro + Garantia (G)	De 0,80% até 1,00%	Garantia:	0,74%	$BDI = \frac{(1+(AC+S+R+G))*(1+DF)*(1+L)}{(1-(I+CPRB))}$ <p>Observações: i) Fórmula de cálculo, composição do BDI e intervalos admissíveis nos termos do Acórdão 2622/2013 do TCU;</p>
Risco (R)	De 0,97% até 1,27%	Risco:	0,97%	
Despesas financeiras (DF)	De 0,59% até 1,39%	Despesas financeiras:	0,37%	
Administração Central (AC)	De 3,00% até 5,50%	Administração central:	4,67%	
Lucro Bruto (L)	De 6,16% até 8,96%	Lucro:	8,69%	
Tributos (I)	Conforme legislação IIS = 3% PIS = 0,65% COFINS = 3,00 % CPRB (INSS) = 0 %	Tributos:	5,75%	

Alessandro Araújo Martins
Engº Civil – CREA/MG 63.852/D

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS****1 – PLACA DE OBRA**

Placa de obra nas dimensões de 1,50 x 3,00 m, em chapa de alumínio e fixada em peças de madeira de 15 cm x 15 cm e peças diagonais de 10cm x 10cm que serviram como travamento

2- URBANIZAÇÃO**2.1- MEIO FIO DE CONCRETO**

O meio fio também denominado Guia, será em concreto simples resistência mínima à compressão 20 Mpa com seção trapezoidal nas dimensões:

Comprimento	(C) = 100,00 cm
Largura da face superior	(Ls) = 12,00 cm
Largura da face inferior	(Li) = 16,70 cm
Altura	(A) = 35,00 cm

Os meios-fios devem ser executados em peças de 1,00 m de comprimento, as quais devem ser vibradas até seu completo adensamento e, devidamente curadas antes de sua aplicação.

Seu comprimento deve ser reduzido para a execução de segmentos em curva.

O concreto empregado na moldagem dos meios-fios devem possuir resistência mínima de 20 MPa no ensaio de compressão simples, aos 28 dias de idade.

As formas para a execução dos meios-fios devem ser metálicas, ou de madeira revestida, que permita acabamento semelhante àquele obtido com o uso de formas metálicas.

Para o assentamento dos meios-fios o terreno de fundação deve estar com sua superfície devidamente regularizada, de acordo com a seção transversal do projeto, apresentando-se liso e isento de partículas soltas ou sulcadas e, não deve apresentar solos turfosos, micáceos ou que contenham substâncias orgânicas. Devem estar, também, sem quaisquer de infiltrações d'água ou umidade excessiva.

Para efeito de compactação, o solo deve estar no intervalo de mais ou menos 1,5% em torno da umidade ótima de compactação, referente ao ensaio de *Proctor* Normal.

Não é permitida a execução dos serviços durante dias de chuva.

Após a compactação, deve-se umedecer ligeiramente o terreno de fundação para o lançamento do lastro.

O assentamento dos meios-fios deve ser feito antes de decorrida uma hora do lançamento do concreto da base. As peças devem ser escoradas, nas juntas, por meio de bolas de concreto com a mesma resistência da base.

Depois de alinhados os meios-fios, deve ser feita a moldagem das sarjetas, utilizando-se concreto com plasticidade e umidade compatível com seu lançamento nas formas, sem deixar buracos ou ninhos.

2.2- CORDÃO DE CONCRETO

O cordão para fechamento do calçamento, será em concreto simples resistência mínima à compressão 20 Mpa com seção nas dimensões:

Comprimento	(C) = 100,00 cm
Largura da face superior	(Ls) = 10,00 cm
Largura da face inferior	(Li) = 10,00 cm
Altura	(A) = 30,00 cm

O cordão deve ser executado em peças de 1,00 m de comprimento, as quais devem ser vibradas até seu completo adensamento e, devidamente curadas antes de sua aplicação.

O concreto empregado na moldagem dos meios-fios devem possuir resistência mínima de 20 MPa no ensaio de compressão simples, aos 28 dias de idade.

As formas para a sua execução devem ser metálicas, ou de madeira revestida, que permita acabamento semelhante àquele obtido com o uso de formas metálicas.



3- DRENAGEM

A construção das sarjetas de concreto consistirá nos seguintes serviços:

- ▣▣ preparo do terreno;
- ▣▣ alinhamento e nivelamento da superfície;
- ▣▣ execução das sarjetas;

O preparo do terreno de fundação das sarjetas abrangerá uma faixa de 0,50 metros do passeio.

A compactação deverá ser efetuada cuidadosamente e de modo uniforme com auxílio de soquetes manuais ou mecânicos com peso mínimo de 10 quando manuais.

Concluída a compactação do terreno de fundação das sarjetas, a superfície deverá ser devidamente regularizada de acordo com a secção transversal do projeto e de forma a apresentar-se lisa e isenta de partes soltas ou sulcadas. As sarjetas serão moldadas "in loco", acompanhando o alinhamento determinado em projeto. O concreto a ser utilizado, deverá ter resistência mínima de 200 kg/cm² ou 20 MPa, determinado através de ensaios à compressão simples de acordo com os métodos da A.B.N.T., aos 28 dias de idade.

O concreto deverá ter plasticidade e umidade tais que possa ser facilmente lançado nas formas, onde, convenientemente adensado e alisado, deverá constituir uma massa compacta e homogênea. Após o adensamento, a superfície de sarjetas, deverá ser modelada com gabarito e acabada com auxílio de desempenadeira de madeira, até apresentar uma superfície lisa e uniforme. A aresta da sarjeta deverá ser chanfrada num plano formando um ângulo de 45º com a superfície. A altura das juntas deverá estar compreendida entre 1/3 e 1/4 da espessura da sarjeta e sua largura não deverá exceder a 1 cm. Os corpos de prova durante a concretagem deverão ser moldados e ensaiados de acordo com as normas A.B.N.T., cujos resultados deverão ser apresentados à fiscalização.

Havendo a necessidade de sarjetões, as especificações do concreto, serão as mesmas das guias e sarjetas, sendo as dimensões de acordo com o projeto de detalhamento.

4- OBRAS VIÁRIAS

4.1- SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM

São considerados serviços de terraplenagem:

- destocamento e limpeza de área;
- compactação de aterros;
- corte.

4.1.1- Destocamento e limpeza

Execução

Os trabalhos de destocamento e limpeza têm como objetivo a remoção de toda a vegetação e entulhos existentes na área de implantação do projeto. O material proveniente do destocamento e limpeza será estocado e, sempre que possível queimado. A queima será efetuada em época oportuna e de modo apropriado, visando evitar riscos na operação. Não sendo possível a queima, o material estocado será carregado e transportado para locais de bota-fora.

Nas áreas destinadas a cortes, exigir-se-á que a camada de 60 cm (sessenta centímetros) abaixo do greide projetado fique isenta de tocos ou raízes.

Nenhum movimento de terra poderá ser iniciado enquanto as operações de destocamento e limpeza nas áreas respectivas não tenham sido totalmente concluídas.

Medição

A medição dos serviços de destocamento de limpeza será feita em função da área efetivamente trabalhada, independentemente da intensidade da vegetação, natureza de qualquer elemento que tenha sido removido.

A retirada da camada vegetal do terreno, já está incluída no volume do corte.

4.1.2 - Compactação de aterros

Execução



Os solos para aterros serão provenientes dos cortes existentes e deverão ser isentos de matérias orgânicas e/ou resíduos vegetais.

No corpo dos aterros não deverão ser utilizados solos que tenham baixa capacidade de suporte e elevada expansão.

A camada final dos aterros, até 0,60 m abaixo dos greides deverá ser constituída de solos selecionados entre os melhores possíveis. A operação de aterro deverá ser precedida da execução dos serviços de desmatamento, destocamento e limpeza.

Deverá ser retirada toda a camada vegetal e material orgânico da base dos aterros.

O lançamento do material para construção dos aterros deve ser feito em camadas sucessivas, em extensões tais que permitam o perfeito umedecimento e compactação.

A compactação das camadas deverá ser efetuada na umidade ótima, mais ou menos 3%, até se obter o grau de compactação correspondente a 100% para aterros nas vias e nas quadras, com energia de proctor normal.

Durante a construção, os serviços já executados deverão ser mantidos com boa conformação e permanente drenagem superficial.

Medição

Para efeito de compactação será considerado o volume dos aterros, não se computando acréscimos relativos a apiloamento.

4.1.3 - Cortes

Execução

As operações de corte compreendem a escavação dos materiais constituintes do terreno natural até o greide da terraplenagem indicado no projeto e também o transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-fora.

Apenas serão transportados para constituição dos aterros os materiais que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes, sejam compatíveis com as especificações de execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

Nos pontos de passagem de corte para aterro, a fiscalização deverá exigir, precedendo este último, a escavação transversal ao eixo, até a profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.

Medição

A medição efetuar-se-á levando em consideração o volume extraído, medido no corte, ou seja, o volume geométrico.

4.2 – SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO

4.2.1 - REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO

Generalidades

Esta especificação aplica-se a regularização do subleito da via a pavimentar com à terraplenagem já concluída na cota estabelecida em projeto.

Regularização é a operação destinada a conformar o leito da via, transversal e longitudinalmente, compreendendo cortes ou aterros até 15 cm de espessura. O excedente a 20 cm será considerado como terraplenagem. Será executada de acordo com os perfis indicados no projeto, prévia e independentemente da construção de outra camada do pavimento.

Materiais

Os materiais empregados na regularização do subleito deverão atender aos seguintes requisitos:

- ter um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER- ME 47-64 (Proctor Normal, igual ou superior a 11%);
- ter expansão inferior a 2%.



Equipamento

Para a execução da regularização poderão ser utilizados os seguintes equipamentos:

- motoniveladora pesada com escarificador; carro pipa distribuidor de água; rolos compactadores tipo pé-de-carneiro, liso/vibratório e pneumático, rebocados ou autopropulsores; grade de discos.

Execução

Toda vegetação e material orgânico, porventura existentes no leito da via, serão removidos previamente.

Após a execução de cortes ou aterros, operações necessárias para atingir o greide de projeto, proceder-se-á uma escarificação geral na profundidade de 20 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou aeração, compactação e acabamento.

Os aterros além dos 15 cm máximos previstos serão executados de acordo com as especificações de terraplenagem.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo 100% em relação à massa específica aparente seca máxima, obtida no ensaio DNER-ME 47-64 (Proctor Normal) e o teor da umidade deverá ser a umidade do ensaio citado $\pm 2\%$.

Controle

1) Controle Tecnológico

Ensaio a serem procedidos:

- Determinação de massa específica aparente "in situ", com espaçamento máximo de 10m na pista, nos pontos onde forem coletadas amostras para os ensaios de compactação;
- Uma determinação do teor de umidade, a cada 100m, imediatamente antes da operação de compactação;
- Ensaio de caracterização (limite de liquidez, limite de plasticidade e granulometria, usando-se respectivamente os métodos do DNER-ME 44-64; ME 82-63 e ME 80-64), com espaçamento máximo de 250m de pista;
- Um ensaio do índice de suporte Califórnia com energia de compactação do método DNER-ME 47-64 (Proctor Normal), com espaçamento máximo de 500m de pista;
- Um ensaio de compactação segundo o método DNER-ME 47-64 (Proctor Normal) para determinação da massa específica aparente seca máxima, com espaçamento máximo de 100m de pista.

O número de ensaios de compactação poderá ser reduzido, desde que se verifique a homogeneidade do material, a critério da Fiscalização.

Aceitação

Os valores máximos e mínimos decorrentes da amostragem, a serem confrontados com os especificados, serão calculados pelas seguintes fórmulas:

$$X_{\max} = \bar{X} + \frac{1,29\sigma}{\sqrt{N}} + 0,68\sigma$$

$$X_{\min} = \bar{X} - \frac{1,29\sigma}{\sqrt{N}} - 0,68\sigma$$



Para o caso do índice de suporte Califórnia, o valor calculado de acordo com a fórmula abaixo, deverá ser igual ou superior ao valor mínimo especificado:

$$\sigma = \sqrt{\frac{(\bar{X} - X)^2}{N - 1}} \mu = X - \frac{1,29}{\sqrt{N}} \sigma \quad \text{sendo: } \bar{X} = \sum \frac{X}{N}$$

$N \geq 9$ (número de determinações feitas)

2) Controle Geométrico

Após a execução da regularização do subleito, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

- ± 2 cm em relação às cotas do projeto;
- + 20cm, para cada lado, quanto à largura da plataforma, não se tolerando medida a menos;
- até 20%, em excesso, para flexa de abaulamento, não se tolerando falta.

Medição

A medição dos serviços de regularização do subleito será feita por metro quadrado de plataforma regularizada, com os dados fornecidos pelo projeto. Não serão medidas as diferenças de cortes e/ou aterros admitidos nos limites de tolerância.

Pagamento

O pagamento será feito com base no preço unitário apresentado para este serviço, incluindo todas as operações de corte e/ou aterro até a espessura máxima de 20 cm em relação ao greide final de terraplenagem, a escarificação, umedecimento ou aeração, homogeneização, conformação geométrica, compactação do subleito, de acordo com o projeto, bem como toda a mão-de-obra e encargos necessários à sua execução.

Quando o serviço de regularização exceder a 20 cm, em corte ou aterro, o excedente será pago como serviço de terraplenagem.

4.2.2 – SUB-BASE E BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE

Generalidades

Esta especificação aplica-se à execução de sub-bases/bases granulares constituídas de camadas de solos, misturas de solos e materiais britados ou produtos totais de britagem.

Materiais

Os materiais a serem empregados em sub-bases devem apresentar um índice de suporte Califórnia igual ou superior a 20% e expansão máxima de 1% determinados segundo o método DNER-ME 49-64 e com energia de compactação correspondente ao método DNER-ME 48-64.

O índice de grupo deverá ser igual a zero.

O agregado retido na peneira nº 10 deve ser constituído de partículas duras e duráveis, isentas de fragmentos moles, alongados ou achatados, isento de matéria vegetal ou outra substância prejudicial.

Equipamentos

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução de sub-base:



- motoniveladora pesada, com escarificador;
- carro tanque distribuidor de água;
- rolos compactadores tipo pé-de-carneiro, liso, liso-vibratório e pneumático;
- grade de disco;
- central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

Execução

Compreende as operações de espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais importados, realizadas na pista devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada.

Quando houver necessidade de executar camadas de sub-base/base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo à espessura de 10 cm. A espessura mínima de qualquer camada de sub-base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá, no mínimo, ser de 100% em relação à massa específica aparente seca máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64 e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado $\pm 2\%$.

Controle

1) Controle tecnológico

Ensaaios a serem procedidos:

- determinação da massa específica aparente “in situ”, com espaçamento máximo de 100 m de pista, nos pontos onde foram coletadas as amostras para os ensaios de compactação;
- uma determinação do teor de umidade, a cada 100 m, imediatamente antes da compactação;
- ensaios de caracterização (limite de liquidez, limite de plasticidade e granulométrica, respectivamente, segundo os métodos DNER-ME 44-64, DNER-ME 82-63 e DNER-ME 80-64), com espaçamento máximo de 150 m de pista, e, no mínimo dois grupos de ensaios por dia;
- um ensaio do índice de suporte Califórnia, com a energia de compactação do método DNER-ME 48-64, com espaçamento máximo de 300 m de pista, e, no mínimo um ensaio a cada dois dias;
- um ensaio de compactação segundo o método DNER-ME 48-64, para determinação da massa específica aparente, seca, máxima, com espaçamento máximo de 100 m de pista, com amostras coletadas em pontos obedecendo sempre à ordem: bordo direito, eixo, bordo esquerdo, eixo, bordo direito, etc., a 60 cm do bordo.

O número de ensaios de compactação poderá ser reduzido, desde que se verifique a homogeneidade do material.

Aceitação

Os valores máximos e mínimos decorrentes da amostragem, a serem confrontados com os valores especificados, serão calculados pelas seguintes fórmulas:

$$X_{\max} = \frac{\bar{X}}{\sqrt{N}} + \frac{1,29\sigma}{\sqrt{N}} + 0,68\sigma$$

$$X_{\min} = \frac{\bar{X}}{\sqrt{N}} - \frac{1,29\sigma}{\sqrt{N}} - 0,68\sigma$$



Para o caso do índice de suporte Califórnia, o valor, calculado de acordo com a fórmula abaixo, deverá ser igual ou superior ao valor mínimo especificado.

$$\sigma = \sqrt{\frac{\sum (\bar{X} - X)^2}{N - 1}} \quad \mu = \bar{X} - \frac{1,29}{\sqrt{N}} \sigma \quad \text{sendo: } \bar{X} = \sum \frac{X}{N}$$

$N \geq 9$ (número de determinações feitas)

No caso da não aceitação dos serviços pela análise estatística, o trecho considerado será subdividido em subtrechos, fazendo-se um ensaio com o material coletado em cada um deles.

Para os ensaios do índice de suporte Califórnia, cada um desses subtrechos terá uma extensão máxima de 100 m e, para os demais ensaios, uma extensão máxima de 50m.

Os subtrechos serão dados como aceitos, tendo em vista os resultados dos ensaios, face aos valores exigidos por estas especificações.

2) Controle Geométrico

Após a execução da sub-base/base, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

- $\pm 10\text{cm}$ quanto à largura da plataforma;
- até 20% em excesso para a flecha de abaulamento não se tolerando falta;
- a espessura média da camada de reforço, determinada pela fórmula:

$$\mu = X - \frac{1,29}{\sqrt{N}} \sigma \quad \text{sendo: } \bar{X} = \sum \frac{X}{N} \quad \sigma = \sqrt{\frac{\sum (\bar{X} - X)^2}{N - 1}}$$

$N \geq 9$ (número de determinações feitas)

não deve ser menor do que a espessura de projeto menos 1cm.

Na determinação de \bar{X} serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos de 20 em 20m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não será admitido nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de $\pm 2\text{cm}$, em relação à espessura do projeto.

No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de sub-base com espessura média inferior à de projeto, a diferença será acrescida à camada de base.

Medição

A camada de sub-base/base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

No cálculo dos volumes, obedecidas as tolerâncias especificadas, será considerada a espessura média (\bar{X}) calculada como indicado no item "e".

Quando \bar{X} for inferior à espessura do projeto, será considerado o valor de \bar{X} , quando \bar{X} for superior à espessura do projeto, será considerada a espessura do projeto.

Pagamento

O pagamento será feito conforme o preço unitário apresentado para esse serviço, incluindo as operações de espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.



O transporte do material de jazida será pago separadamente.

4.2.3 - TRANSPORTE DE MATERIAIS DE QUALQUER NATUREZA

Generalidades

- Esta especificação trata do transporte de material destinado à empréstimo ou bota-fora.

Execução

O transporte será executado ao longo dos caminhos de serviço aprovado pela Fiscalização.

Equipamento

São indicados caminhões basculantes.

Medição

A medição será feita pelo momento de transporte, em metros cúbicos. O peso e o volume serão considerados como o medido após a compactação e acabamento.

A distância de transporte, em quilômetros, será medida em projeção horizontal ao longo do percurso seguido pelo equipamento.

Pagamento

O pagamento será feito com base no preço unitário proposto para este serviço, de acordo com o volume de projeto.

4.2.4 – PAVIMENTAÇÃO SEXTAVADA

Pavimentação com blocos de concreto sextavados H = 8 cm, colchão areia 6 cm, inclusive transporte dos blocos. Resistência a compressão mínima de 35 MPa, assentados sobre colchão areia na espessura de 6 cm.

Material para rejuntamento

Areia lavada: Será utilizada areia lavada de rio média. Não será permitido o uso desses materiais quando eles apresentarem pó, matérias orgânicas ou qualquer outro tipo de impurezas.

As peças pré-moldadas de concreto devem ser fabricadas por processos que assegurem a obtenção de concreto suficientemente homogêneo, compacto e de textura lisa, devendo atender as exigências da NBR 9781 e as seguintes características:

- a) formato geométrico regular, não apresentando dimensões superiores a 45 cm nas duas direções ortogonais;
- b) devem possuir as arestas da face superior bisotadas com um raio de 3 mm;
- c) devem possuir dispositivos eficazes de transmissão de carga de um bloco a outro, não devendo possuir ângulos agudos e reentrâncias entre dois lados adjacentes;
- d) quanto ao desempenho das faces, não são toleradas variações superiores a 3 mm, que devem ser medidas com o auxílio de régua apoiada sobre o bloco.
- e) a resistência característica à compressão, determinada conforme NBR 9780 deve ser maior ou igual a 35 MPa para solicitação de veículos comerciais, ou de linha, e maior ou igual 50 MPa quando houver tráfego de veículos especiais ou



solicitações capazes de produzir acentuados efeitos de abrasão, ou a resistência característica definida na estrutura do projeto de pavimento.

EXECUÇÃO: Colchão de areia

Sobre a sub-base ou base concluída deve ser lançada uma camada de material granular inerte, areia, com diâmetro máximo de 4,8 mm e com espessura uniforme, após compactada de 6 cm, na qual devem ser assentados os blocos de concreto. O coxim de areia ou pó de pedra deve ser confinado por guias e sarjetas, cuja colocação é obrigatória neste tipo de pavimento.

Distribuição das Peças

As peças transportadas para a pista devem ser empilhadas, de preferência, à margem desta. Cada pilha de blocos deve ser disposta de tal forma que cubra a primeira faixa à frente, mais o espaçamento entre elas. Se não for possível o depósito nas laterais, as peças podem ser empilhadas na própria pista, desde que haja espaço livre para as faixas destinadas à colocação de linhas de referência para o assentamento.

Colocação de linhas de referência

Devem ser cravados ponteiros de aço ao longo do eixo da pista, afastados, no máximo, 10 m uns dos outros. Em seguida, cravar ponteiros ao longo de duas ou mais linhas paralelas ao eixo da pista, a uma distância desse eixo igual a um número inteiro, cinco a seis vezes as dimensões da largura ou comprimento das peças, acrescidas do espaçamento das juntas intermediárias. Marcar com giz nestes ponteiros, com o auxílio de régua e nível de pedreiro, uma cota tal que, referida ao nível da guia, resulte a seção transversal correspondente ao abaulamento estabelecido pelo projeto. Em seguida distender fortemente um cordel pelas marcas de giz, de ponteiro a ponteiro, segundo a direção do eixo da pista, de modo que restem linhas paralelas e niveladas.

Assentamento das Peças

O assentamento das peças deve obedecer à seguinte seqüência:

- a) iniciar com uma fileira de blocos, dispostos na posição normal ao eixo, ou na direção da menor dimensão da área a pavimentar, a qual deve servir como guia para melhor disposição das peças;
- b) o nivelamento do assentamento deve ser controlado por meio de uma régua de madeira, de comprimento um pouco maior que a distância entre os cordéis, acertando o nível dos blocos entre estes e nivelando as extremidades da régua a esses cordéis;
- c) o controle do alinhamento deve ser feito acertando a face das peças que se encostam aos cordéis, de forma que as juntas definam uma reta sobre estes;
- d) o arremate com alinhamentos existentes ou com superfícies verticais deve ser feito com auxílio de peças pré-moldadas, ou cortadas em forma de $\frac{1}{4}$, $\frac{1}{2}$ ou $\frac{3}{4}$ de bloco;
- e) de imediato ao assentamento da peça, deve ser feito o acerto das juntas com o auxílio de uma alavanca de ferro própria, igualando assim, a distância entre elas. Esta operação deve ser feita antes da distribuição do pedrisco para o rejuntamento, pois o acomodamento deste nas juntas prejudicará o acerto. Para evitar que areia da base também possa prejudicar o acerto, certos tipos de peças possuem chanfros nas arestas da face inferior;
- f) o assentamento das peças deve ser feito do centro para as bordas, colocando-as de cima para baixo evitando-se o arrastamento da areia para as juntas, permitindo espaçamento mínimo entre as peças, assegurando um bom travamento, de modo que a face superior de cada peça fique um pouco acima do cordel;
- g) o enchimento das juntas deve ser feito com areia, pedrisco, ou outro material granular inerte, vibrando-se a superfície com placas ou pequenos rolos vibratórios;



h) após a vibração, devem ser feitos os acertos necessários e a complementação do material granular do enchimento até $\frac{3}{4}$ da espessura dos blocos;

Abertura do Tráfego

Durante todo o período de construção do pavimento, devem ser construídas valetas provisórias, com a finalidade de desviar as águas de chuva. E não deve ser permitido o tráfego sobre a pista em execução. Sob a responsabilidade da executante, eventualmente, deve ser liberado o trecho ao tráfego por prazo não inferior a dez dias, para que se processe devidamente o adensamento do material de enchimento.

5 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Aplicam-se aos trabalhos a serem executados as “Especificações Técnicas Executivas” anexas e no que elas forem omissas as “Especificações Gerais para Obras Rodoviárias” do DNER.

Berilo - MG, 30 de julho de 2020

Alessandro Araújo Martins
ENGENHEIRO CIVIL – CREA-MG 63.852/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE BERILO-MG

ADM: 2017 - 2020

Folha

Nº _____

RELATORIO FOTOGRÁFICO

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO COLORIDO

OBJETO: CALÇAMENTO BLOQUETE EM VIAS PÚBLICAS

LOCAL: DIVERSOS – BERILO/MG

FOTOGRAFIAS COLORIDAS IDENTIFICANDO CLARAMENTE O LOCAL DE EXECUÇÃO DA REFORMA OU OBRA E DATA DE REGISTRO

FOTO 01



Descrição: CALÇAMENTO EM BLOQUETE RUA NELSON ESTEVES DOS SANTOS – BAIRRO SÃO FRANCISCO – BERILO/MG

FOTO 02



Descrição: CALÇAMENTO EM BLOQUETE RUA ANTÔNIO DE SALES AMARAL – BAIRRO SÃO FRANCISCO – BERILO/MG

FOTO 03



Descrição: CALÇAMENTO EM BLOQUETE RUA DO PORTO - BAIRRO CENTRO -BERILO/MG

FOTO 04



Descrição: CALÇAMENTO EM BLOQUETE RUA DO PORTO - BAIRRO CENTRO -BERILO/MG

ASSINATURAS

		30/07/2020			30/07/2020
Assinatura do Responsável Técnico do Conveniente	Carimbo de Identificação Com CREA ou CAU	Data	Assinatura do responsável legal do Conveniente	Carimbo de Identificação	Data

Alessandro Araújo Martins
ENGENHEIRO CIVIL – CREA-MG 63.852/D



ANEXO IV - MEMORIAL DESCRITIVO

CALÇAMENTO EM BLOQUETE

Considerações Iniciais:

O município de Berilo está situado na região do Vale do Jequitinhonha e, não muito diferente dos demais municípios brasileiros, tem sofrido um crescente aumento do número de veículos e pedestres que circulam todos os dias pelas ruas e avenidas do município, o que acaba por criar sérios problemas para a administração municipal, pois além de ter suas ruas danificadas, coloca em risco à saúde e a vida dos seus moradores e visitantes.

A obra a ser executada tem como objetivo o calçamento em bloquetes das Ruas Nelson Esteves dos Santos, Antônio de Sales Amaral e Do Porto, localizadas na sede do município, totalizando uma área de 1.950,00 m², conforme planilha e quadro demonstrativo em anexo, assentados sobre base estabilizada granulometricamente, devidamente delimitado com guias e meio fio de concreto, sendo os passeios de acordo com as condições estabelecidas pela NBR 9050-94 e em atendimento as solicitações previstas na Lei nº 15.426 de 03/01/05 e o Decreto Federal nº 5.296 de 02/12/04.

Objetivo Geral:

Dotar os logradouros públicos de infra-estrutura, visando proporcionar maior conforto, segurança e comodidade a toda a população do município.

Metas:

A obra de pavimentação abrangerá um total de 1.950,00 m², executados sobre a base devidamente compactada com assentamento de bloquetes sextavados de 8,0 cm de espessura, confecção e assentamento de 1.084,00 m de meio fio em concreto e a execução de 1.084,00 m de sarjeta em concreto.

Prevê-se na execução da obra as seguintes etapas:

Preparação do Terreno:

- Raspagem e limpeza do terreno, com máquina **(a cargo da prefeitura)**;
- Jogo de volume de materiais, com corte mecanizado e aterro compactado mecanicamente a 95%, utilizando material de primeira categoria extraídos na região, em jazida explorada atualmente pelo DER para revestimento das estradas da região, distante do bairro aproximadamente 2 km, onde apresenta índice de Suporte Califórnia superior a 60 %, índice de Plasticidade inferior a 8,0 e expansão também a 0,20 % **(a cargo da prefeitura)**;
- Regularização do leito com motoniveladora **(a cargo da prefeitura)**.

Pavimentação:

Colocação de bloquetes espessura 8,0 cm, com fck = 35 Mpa. Os bloquetes deverão ser assentados sobre colchão de areia de 6,0 cm espessura.

As peças pré-moldadas de concreto a serem utilizadas no calçamento, deverão atender as exigências da NBR 9781 e as seguintes características:

- a) formato geométrico regular, não apresentando dimensões superiores a 45 cm nas duas direções ortogonais;
- b) devem possuir as arestas da face superior bisotadas com um raio de 3 mm;



- c) devem possuir dispositivos eficazes de transmissão de carga de um bloco a outro, não devendo possuir ângulos agudos e reentrâncias entre dois lados adjacentes;
- d) quanto ao desempenho das faces, não são toleradas variações superiores a 3 mm, que devem ser medidas com o auxílio de régua apoiada sobre o bloco.

Drenagem:

- A drenagem de águas pluviais será feita através da confecção de sarjeta em concreto estrutural não usinado;
- Execução de sarjeta em concreto, tendo largura de 50,0 cm, espessura de 7,0 cm, delimitando todo o meio fio da área a ser pavimentada. O concreto utilizado para a confecção da sarjeta terá fck = 20 Mpa;
- Escavação manual de valas para assentamento de meio fio.
- Assentamento de meio-fio de concreto pré-moldado, executado em concreto simples resistência mínima à compressão 20 Mpa com seção trapezoidal nas dimensões

Comprimento	(C) = 100,00 cm
Largura da face superior	(Ls) = 12,00 cm
Largura da face inferior	(Li) = 16,70 cm
Altura	(A) = 35,00 cm

Berilo - MG, 30 de julho de 2020

Alessandro Araújo Martins
ENGENHEIRO CIVIL – CREA-MG 63.852/D



ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de Berilo

Referência: TOMADA DE PREÇOS 005/2020

Prezado(a) Senhor(a),

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, neste ato representada por _____ (*qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa*), em atendimento ao disposto no Edital do TOMADA DE PREÇOS 005/2020 e no inciso V do art. 27 da Lei 8666/93, vem perante Vossa Senhoria DECLARAR que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menor de dezesseis anos.

Atenciosamente,

Carimbo da Empresa e

Nome e Assinatura do Representante Legal



ANEXO VI - ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Berilo, ____ de _____ de 2020.

À

Prefeitura Municipal de Berilo

A/C Comissão Permanente de Licitação

Referência: Tomada de Preço 005/2020

Prezados Senhores,

O Município de Berilo, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano, Sr. Laécio Pereira Neves, **ATESTA**, para o fim de habilitação no Processo Licitatório 050/2020 – Tomada de Preço 005/2020, que o (a) Sr. _____, Engenheiro Civil/Arquiteto, CREA/CAU Nº _____, CPF _____ responsável técnico da empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, com sede na cidade de _____, na Rua _____, nº _____, Bairro _____, realizou a visita técnica exigida pelo edital do certame, no dia ____/____/____.

Por ser expressão da verdade, firma-se a presente declaração.

Laécio Pereira Neves

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano



ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de Berilo/MG

Referência: TOMADA DE PREÇOS 005/2020

Prezado(a) Senhor(a),

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital do processo em epígrafe eu, ____ (**nome do profissional**) ____, portador da carteira e registro no CREA/CAU número ____, declaro estar ciente e de acordo com a minha indicação pela empresa ____ (**razão social da Empresa Licitante**) ____, como responsável técnico pelos trabalhos objeto da licitação em referência.

Profissional

(**nome e assinatura**)

Empresa Licitante

(**responsável - nome, cargo e assinatura**)



ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de Berilo/MG

Referência: TOMADA DE PREÇOS 005/2020

Prezado(a) Senhor(a),

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao disposto no Edital do TOMADA DE PREÇOS 005/2020, vem perante Vossa Senhoria **DECLARAR**, sob as penas cabíveis, que se responsabiliza pela execução das obras e/ou serviços e pela fiel observância das especificações técnicas, e de que possui todas as máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação;

Atenciosamente,

Carimbo da Empresa e

Nome e Assinatura do Representante Legal

**ANEXO IX – (MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL)**

PROPOSTA COMERCIAL (em papel timbrado da proponente)			
TOMADA DE PREÇOS N.º 005/2020 – PROCESSO N.º 050/2020			
DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA		PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE	
RAZÃO SOCIAL			
CNPJ			
Endereço			
Telefone/Fax			
Nome Do Signatário (Para Assinatura do Contrato)			
Estado Civil do Signatário			
Identidade do Signatário			
CPF do signatário			
Prazo de validade da Proposta		60 dias	
ITEM	OBRA	UND	VALOR GLOBAL
001	EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO NA RUA NELSON ESTEVES DOS SANTOS, RUA ANTÔNIO DE SALES AMARAL NO BAIRRO SÃO FRANCISCO E RUA DO PORTO NO BAIRRO BEIRA RIO, TOTALIZANDO UMA ÁREA DE 1.950 M². CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTOS E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE EDITAL	SERVIÇO	

Cumpre-nos informar-lhes ainda que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta.

E em consonância aos referidos documentos, declaramos:

1 – Que estamos cientes e concordamos com os Termos do Edital em epígrafe e das cláusulas da minuta do contrato em anexo;

2 – Que o prazo de validade da presente proposta, contados a partir da data de abertura do conjunto proposta, é de 60 (sessenta) dias;

3 – Que nos preços apresentados já estão contemplados todos os impostos e ou descontos ou vantagens.

Obs.: O preenchimento do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da licitante com todas as características do objeto e exigências constantes no edital.

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas deste edital e seus anexos.

Informações Bancárias:

Carimbo da Empresa e

Nome e Assinatura do Representante Legal



ANEXO X - DECLARAÇÃO- INCISO IV DO ART. 87

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de Berilo/MG

Referência: TOMADA DE PREÇOS 005/2020

Prezado(a) Senhor(a),

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, neste ato representada por _____ (*qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa*), em atendimento ao disposto no Edital do TOMADA DE PREÇOS 005/2020 e no inciso IV do art. 87 da Lei 8666/93, vem perante Vossa Senhoria DECLARAR que tem mantida todas as condições de habilitação e qualificação exigidas e de que não foi declarada inidônea, a teor do disposto no artigo 87, inciso IV da Lei de Licitações, inexistindo, portanto, superveniência de fato impeditivo à sua habilitação.

Atenciosamente,

Carimbo da Empresa e

Nome e Assinatura do Representante Legal



ANEXO XI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

À

Prefeitura Municipal de Berilo

Referência: TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2020

Prezado(a) Senhor(a),

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao disposto no Edital do TOMADA DE PREÇOS 005/2020, em especial o disposto no item 7.3.6.1, vem perante Vossa Senhoria DECLARAR sob as penas da lei, que possui pleno conhecimento das condições da obra e que não alegará desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, dispensando assim a visita técnica.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 2020.

Carimbo da Empresa e

Nome e Assinatura do Representante Legal



ANEXO XII - MINUTA CONTRATO

Contratação que entre si fazem, de um lado, como CONTRATANTE, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BERILO - MG**, e de outro, como CONTRATADA, a empresa _____ de conformidade com as cláusulas estabelecidas abaixo:

CLÁUSULA I - DAS PARTES E FUNDAMENTOS

1.1 - DO CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BERILO- MG, entidade jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 17.700.758/0001-35, com sede à Praça Dr. Antônio Carlos, 85, Centro, na cidade de Berilo – MG, CEP: 39.640-000 neste ato representado pelo Prefeito Municipal LAZARO PEREIRA NEVES, portador da Carteira de Identidade M – 1.791.054 SSP/MG / CPF sob nº 427.433.546-15.

1.2 - DA CONTRATADA

_____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua _____, n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, CEP _____ Fone _____ inscrita no CNPJ sob o n.º _____ e representada legalmente pelo Sr. _____, brasileiro, _____, portador do CPF N.º _____ e RG n.º _____, neste ato denominado CONTRATADO.

1.3 - DOS FUNDAMENTOS

A presente contratação decorre do Processo Administrativo de Licitação Nº 050/2020, modalidade – Tomada de Preço 005/2020 , conforme disposto na Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLAUSULA II - DO OBJETO E DA EXECUÇÃO

2.1 – Constitui objeto do presente a execução de pavimentação na Rua Nelson Esteves dos Santos, Rua Antônio de Sales Amaral no bairro São Francisco e Rua do Porto no bairro Beira Rio, totalizando uma área de 1.950,00 M², conforme memorial descritivo, planilha orçamentária de custos e cronograma físico-financeiro, parte integrante do edital, referente ao processo supra e que passa a integrar também o contrato como se nele estivessem escritas.

2.2 - DA EXECUÇÃO:

2.2.1 - Todos os prazos neste instrumento contratual serão contados em dias corridos.

2.3 - As instruções contidas no edital, no que não conflitarem com o contrato, passam a fazer parte integrante do instrumento contratual independentemente de transcrições.



2.4 - Os atrasos na execução, tanto nos prazos parciais como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior, conforme a Lei 8.666/93 e disposições contidas no Código Civil.

2.4.1 – Os atrasos na execução da obra, que não forem devidamente justificados e os motivos comprovados por documentos, constituirão descumprimento de cláusula contratual e estarão sujeitos as penalidades previstas neste contrato.

CLÁUSULA III - DO PRAZO, DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1 - DO PRAZO

3.1.1 - O presente contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência de 05 (cinco) meses, podendo ser prorrogado na forma da Lei, desde que devidamente justificado o motivo da prorrogação.

3.1.2 - O prazo para conclusão da obra objeto da contratação será de 03 (três) meses contados a partir da data de emissão da 1ª ordem de serviço, o qual poderá ser prorrogado na forma da lei e de acordo com o interesse do Município de Berilo.

3.2 - DO VALOR

3.2.1 - O valor total do presente Contrato é de R\$ ____ (_____).

3.2.2 - Os preços que compõem o valor final do contrato são irrealizáveis na vigência deste, ressalvadas as excepcionalidades previstas e na forma da lei.

3.2.3 - Nos casos de aumento ou diminuição de incidência tributária sobre o objeto contratado, os preços poderão sofrer variação, na mesma proporção, ou de acordo com o impacto sobre o valor do contrato.

3.2.4 - Outros fatores que, eventualmente, influenciem os preços do objeto contratado e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato poderão ser avaliados isoladamente, sendo eventuais requerimentos decididos na forma da lei e de acordo com o impacto sobre o valor contratado.

3.4 - DO PAGAMENTO

3.4.1 O Município realizará medições mensais, atestando a execução da obra, sendo que a contratada apresentará até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços, uma fatura correspondente aos valores correspondentes ao relatório de medição e a preços unitários do contrato.

3.4.2 - As faturas deverão vir acompanhadas das guias de recolhimento de INSS e FGTS, devidamente quitadas, relativas ao mês anterior ao do faturamento.

3.4.3 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor de Engenharia do Município.

3.4.4 – O documento de nota fiscal deverá conter expresso o número do Processo Administrativo de Licitação do qual ele pertence.

CLÁUSULA IV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – O pagamento da despesa resultante desta contratação será realizado com recursos provenientes de emenda parlamentar ao orçamento da União, correrão por conta das dotações orçamentárias:

06.01.03.15.452.0029.3038 Construção e Melhoramentos em Vias Urbanas Municipais e Distritos

44905100 Obras e Instalações **Fonte 100** RECURSOS ORDINÁRIOS **Ficha 0527**

44905100 Obras e Instalações **Fonte 124** TRANSF.DE CONVÊNIOS-OUTROS **Ficha 0528**



CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1 - Responsabilizar-se-á pela execução do objeto especificado no presente contrato.
- 5.2 - Responsabilizar-se-á por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação necessários à execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista e quaisquer outros decorrentes dos serviços constantes do presente contrato.
- 5.3 - Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pela contratada, seus empregados ou prepostos, ao contratante ou a terceiros.
- 5.4 - Cronograma físico – financeiro que apresente etapas/atividades detalhadas de 7 em 7 dias, com seus respectivos percentuais físicos em concordância, com o cronograma da proposta, discriminando também as seguintes atividades;
- 5.4.1 - Anotação de Responsabilidade Técnica – ART no CREA ou CAU.
- 5.5 - Cumprir dentro do prazo contratual, as obrigações assumidas;
- 5.6 - Assegurar durante a execução dos serviços e obras, a proteção e conservação dos mesmos;
- 5.7 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis;
- 5.8 - Permitir e facilitar, à Fiscalização ou supervisão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, a inspeção dos serviços, em qualquer dia e horário, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados;
- 5.9 - Providenciar as placas do serviço com seus dados indicativos, conforme orientação da fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.
- 5.10 - Obedecer integralmente o plano de segurança, conforme as Normas de Segurança do Trabalho;
- 5.11 - Participar à fiscalização ou Supervisão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano a ocorrência de quaisquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão da obra e do serviço, no todo ou em parte, de acordo com o cronograma, indicando as medidas para corrigir a situação;
- 5.12 - Executar, conforme a melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente as normas da ABNT bem como as instruções, especificações e detalhes fornecidos ou editados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;
- 5.13 - Manter atualizado o “Diário de Obras”, nele registrado todas as ocorrências que afetam o prazo de execução, ou orçamento dos serviços;
- 5.14 - Respeitar e fazer respeitar, sob as penas legais, a legislação e postura municipal sobre a execução de serviços em locais públicos;
- 5.15 - Manter à frente dos trabalhos a equipe técnica indicada em sua proposta, ou a que venha ser aprovada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos na exigência de indicação, sempre liderada por engenheiro qualificado, com capacidade e poderes bastantes para representá-la perante a Fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Urbano resolver problemas referente as obras em execução;
- 5.16 - Manter, em bom estado, todo o equipamento necessário à perfeita execução dos serviços contratados, objetivando atender ao cronograma físico, à qualificação e às especificações técnicas.



5.17 - Responsabilizar-se pela prestação de todos os serviços especificados no presente contrato, na forma e nas condições determinadas pela Administração Municipal.

5.18 - Cumprimento integralmente todas as normas relativas à proteção ambiental, sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrente de sua inobservância.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 - Fazer as medições das etapas concluídas da obra para fins de pagamento, de acordo com o cronograma físico-financeiro.

6.2 - Efetuar pagamento à contratada no prazo e forma estipulados neste contrato, mediante a entrega de Nota Fiscal/Fatura, de conformidade com as autorizações expedidas pelo Executivo Municipal.

CLÁUSULA VII - DAS MODIFICAÇÕES E/OU ALTERAÇÕES

7.1 - Qualquer modificação de forma ou quantidade (acréscimos ou redução) dos serviços, objeto deste contrato, poderá ser determinada pela contratante mediante assinatura de Termos Aditivos, observadas as normas legais vigentes.

7.2 - O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 8.666/93 com as devidas justificativas.

CLÁUSULA VIII - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

8.1 - Compete ao Setor de Compras expedir a NAF à contratada, e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano compete:

8.2 - Emitir a Ordem de Serviços.

8.3 - Vistoriar periodicamente a obra observando se os serviços estão sendo executados de acordo com as especificações técnicas das planilhas.

CLÁUSULA IX - DAS PENALIDADES

9.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da

Contratada, ficando à mesma, garantida defesa prévia, sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, devidamente atualizado pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM/FGV;

III - Suspensão temporária de participação em licitação com o Município de Berilo pelo prazo de 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma prevista no Inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93, além do encaminhamento ao Ministério Público para aplicação das sanções criminais previstas nos artigos 89 a 99 da referida Lei, salvo superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito pelo Município.

V – Demais penalidades resguardadas pela Lei 8.666/93.

CLÁUSULA X - DA RESCISÃO

10.1- A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento.

10.1.1 - O Contrato poderá ser rescindido, amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.



10.1.2 - O Contrato poderá ser rescindido judicialmente nos termos da legislação processual vigente.

10.1.3 - Fica, ainda, assegurado à CONTRATANTE o direito à rescisão deste Contrato independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial, nos seguintes casos:

- a) atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias consecutivos no início da execução das obras;
- b) interrupção dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- c) descumprimento de qualquer determinação da CONTRATANTE feita em base contratual;
- d) transferência do objeto deste Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem autorização prévia e expressa da CONTRATANTE;
- e) desatendimento das determinações regulares de representantes que forem designados pela CONTRATANTE para acompanhar, na qualidade de fiscais, a execução dos serviços;
- f) cometimento reiterado de falhas causadas na execução dos serviços; e
- g) para atender o interesse e conveniência administrativa, mediante comunicação à CONTRATADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, desde que seja efetuado o pagamento dos serviços efetivamente prestados, e devidamente aprovados até a data da rescisão.

10.2 - determinada por ato motivado da Administração, após processo regular, assegurado o contraditório e ampla defesa, nos casos do artigo 78, I a XII e XVII da Lei de Licitações.

10.3 - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

10.4 - judicial, nos termos da legislação.

10.5 - No caso de rescisão do Contrato, ficará suspenso o pagamento à contratada até que se apurem eventuais perdas e danos.

10.6 - Ocorrendo a rescisão, à Contratada caberá receber o valor do serviço executado até a data da rescisão, observadas as disposições do item anterior.

CLÁUSULA XI - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Minas Novas para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Berilo/MG, ____ de _____ 2020.

LAZARO PEREIRA NEVES
Prefeito Municipal de Berilo – MG

EMPRESA
Representante Legal da Empresa

TESTEMUNHAS:

1- _____ CPF: _____

2- _____ CPF: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE BERILO-MG

ADM: 2017 - 2020

Folha

Nº _____

ANEXO XIII - R E C I B O

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2020

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ Nº: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ TELEFONE: _____

PESSOA PARA CONTATO: _____

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Assinatura e carimbo do CNPJ

Senhor licitante,

Visando comunicação futura entre a Prefeitura Municipal de Berilo e a licitante, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Berilo, pelo e-mail licitacao@berilo.mg.gov.br

A não remessa do recibo exime o Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Berilo da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Berilo, _____ de _____ de 2020.